

*Trajetórias migrantes: ambivalência na interação ‘nós’ e os ‘outros’**

MARIA CRISTINA DADALTO
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo analisa o processo de formação histórica e sociocultural do Espírito Santo e a inserção de imigrantes estrangeiros e nacionais a partir do século XIX. Com base no paradigma indiciário, busca refletir sobre os indícios que sinalizam um sentimento de estranhamento entre grupos assentados no território capixaba, no tocante à relação entre estabelecidos (*nós*) e estrangeiros (os *outros*). Fundamentado num referencial teórico-metodológico multidisciplinar, discute o sentido do que é ser um estabelecido e o desafio de ser um estrangeiro, no contexto passado e presente do Estado; para tal, utiliza depoimentos de migrantes e descendentes residentes no interior do Estado, colhidos por meio do método da História Oral.

Palavras-chave: Imigração; Estrangeiros; Espírito Santo.

Résumé: L'article cherche à analyser le processus de formation et de l'histoire socioculturelle de l'Espírito Santo et l'intégration des immigrants nationaux et étrangers sur son territoire depuis le XIXe. siècle. Basé sur le paradigme indiciare, se penche sur les signes qui indiquent un sentiment d'éloignement entre les groupes fixés sur le territoire capixaba par rapport à ce que l'on considère une relation entre établis (nous) et étrangers (les autres). Sur la base d'une approche pluridisciplinaire, théorique et méthodologique, ce travail cherche à discuter le vrai sens des concepts entourant le fait d'être un établi et le défi d'être un étranger dans le cadre du passé et dans celui du présent de l'État de l'Espírito Santo. Pour ce faire, analyse des témoignages recueillis auprès des migrants et leurs descendants résidant dans l'intérieur de l'État, par le moyen de la méthodologie du récit oral.

Mots clé: Immigration; Étrangers; Espírito Santo.

A experiência vivida e revivida no significado
Não é experiência de uma vida apenas
Mas a de muitas gerações – não esquecendo [...]
O tempo que destrói é o tempo que preserva
(T. S. Eliot – *As dry salvages*)

Quem somos nós? Uma poeira de memórias? O pulsar atordoado de um presente que arde nas chamas da hipermodernidade? Um devir eternamente acorrentado na rede da esperança? A agonia retórica de jamais saber quem somos e quando nos bastamos? Certamente somos nós tudo isso. E mais, contudo.

Independentemente de quem somos ou do espaço social e geográfico no qual experienciamos nossa realidade, estamos mergulhados numa relação de conexões históricas, sociais, culturais, políticas e psíquicas que nos envolvem e, simultaneamente, nos instigam. Partilhamos o passado, o presente e o futuro contidos em nossos sonhos; compartimos desejos, projetos, símbolos, convergências e divergências.

Entretentes, como percebe e, ao mesmo tempo, apreende o mundo um indivíduo ou um grupo que se sente estranho em determinado lugar? Num lugar em que sua interlocução, sua narrativa, não é (re)conhecida como constitutiva de assentada realidade? Refletindo sobre as transformações da contemporaneidade, Bhabha (2007) sopesa que há uma ambivalência que se apresenta como princípio estruturante, um valor mesmo, da experiência afetiva e política dos cidadãos no espaço público e privado. Sentimento que carrega uma tensão entre iguais e desiguais, estabelecidos e estrangeiros. Dubiedade que move, no percurso da história da humanidade, as relações sociais de grupos diversos, em diferentes sociedades, desde as mais complexas às mais simples.

Um dos aspectos presente nessa tensão – pelo menos no contexto do mundo euro-americano, desde as últimas duas décadas do XX, nas quais se promove uma série de transformações sociais, políticas, econômicas, geográficas e culturais – configura-se na diferença cultural. Esta assume, consoante De Almeida (2007, p. 80), um duplo sentido: “por um lado, a diferença entre culturas; por outro, a diferença entre estilos de vida.”

Este retesamento, por sua vez, reverbera produzindo inúmeros impactos nas transformações do mundo material e econômico, na dinâmica do cotidiano, nas reconfigurações simbólicas. Ecoa de maneira diversa, representado segundo as especificidades do arcabouço macro ou micro-

histórico, cultural, social, político e econômico das sociedades ocidentais e orientais.

No Espírito Santo, tal processo pode ser verificado seja com imigrantes estrangeiros e descendentes ou com nacionais, em graus e impactos próprios. Assim, no tempo presente, descendentes de imigrantes estrangeiros e nacionais, que compuseram o multiétnico mosaico que forma o povo capixaba, manifestam esse sentimento em seus discursos, comportamentos e atitudes ressoando comportamentos e atitudes de seus antepassados (DADALTO, 2006). Nesta direção, o artigo propõe analisar, a partir do paradigma indiciário, os vestígios que sinalizam um estranhamento de grupos assentados no território capixaba, no que se considera uma relação entre estabelecidos (*nós*) e estrangeiros (*outros*).

Para tanto, utiliza um banco de dados produzido a partir de depoimentos com vinte e seis imigrantes estrangeiros e nacionais e descendentes, colhidos entre os anos de 2001 e 2011, por meio do método da História Oral. Os depoentes entrevistados residem em cidades e povoados localizados na região Centro e Norte do Espírito Santo – Santa Teresa, São Roque do Canaã, Colatina, Marilândia, São Gabriel da Palha – e Sul – Venda Nova do Imigrante.

O objetivo é discutir o sentido do que é ser um estabelecido e o desafio de ser um estrangeiro no contexto sociocultural, localizando, comparativamente, este sentimento que os afeta tanto no período anterior à industrialização do Estado como no atual. A hipótese funda-se numa compreensão de que o circunscrito estranhamento repercute o processo de formação e colonização do Estado e se patenteia numa forma de clivagem social e cultural. Evidenciada nas relações estabelecidas e expressas nas representações sociais e na dimensão subjetiva – manifestando-se, portanto, no discurso de indivíduos ou grupos sociais, apesar da contínua reconfiguração da dinâmica sociocultural e socioeconômica da população.

O rastreamento desta hipótese, com vistas à compreensão desse fenômeno, encontra nas variáveis sociais, culturais, econômicas, políticas e psíquicas do processo de colonização e formação do Espírito Santo explicações e justificativas. Assentada numa concepção das permanências históricas, a proposição refere-se ao modelo de desenvolvimento socioeconômico e institucional constituído e marcado por uma prática excludente e marginalizadora.

Tão longo processo foi inaugurado com a estratégia estabelecida pela Coroa Portuguesa, que desenhou imaginário mapa cartográfico no qual o

Espírito Santo se apresentava como fronteira de defesa para o ouro a ser embarcado em Parati (RJ). Urdida a crença de que o litoral do Espírito Santo seria a base portuária da saída do ouro retirado de Minas Gerais, a Vila de Vitória ganhou a condição de fortificação e se proibiu a abertura de estradas em direção ao oeste, relegando o Estado ao mais absoluto isolamento, condição que se arrastou até as primeiras décadas do século XIX. Ilustra esta situação o registro populacional do ano de 1816 no Espírito Santo: 3.729 fogos e 24.585 almas (CELIN, 1984).

Aprofundou-o, o modelo colonizador executado, no qual se sobrelevam as diferenças de assentamentos de terra, das conquistas políticas, assim como, dos privilégios econômicos assegurados a fazendeiros e escravos, estrangeiros e nacionais. Ainda com o acirramento da intervenção de dois agravantes: a tardia ocupação do espaço e o modo como ela ocorre, e a ausência do Estado na participação da vida do cidadão.

De modo tal que a configuração do amálgama sociocultural que redesenhou o desenvolvimento do Espírito Santo tem seu marco no segundo quartel do Dezenove, quando o governo busca alternativas para transformar economicamente o estado e inicia o processo de assentamento de imigrantes estrangeiros, sobretudo europeus. No período, também se estabeleceram migrantes nacionais – contudo, idealizando seus próprios roteiros, afastados que eram das iniciativas públicas.

Neste rumo, deve-se destacar o sistema de fixação de 44.510 imigrantes estrangeiros no Espírito Santo entre os anos 1847 a 1900 (HESS; FRANCO, 2003). Eram italianos, alemães, portugueses, pomeranos, tirolezes, holandeses, austríacos dentre outras etnias. Posteriormente chegaram poloneses, libaneses e sírios – denominados igualmente de turcos pela população local, conforme evidenciava a documentação daqueles viajantes, que teriam vindo por conta própria. É de se ressaltar que, naquele contexto, os italianos compuseram o maior contingente de imigrantes a desembarcar no Estado.

A presença do imigrante europeu contribuiria sensivelmente para povoar e ocupar o solo, ampliar a fronteira agrícola e fomentar o desenvolvimento regional. Em geral, vinham com a promessa de ter seu próprio pedaço de terra para produzir e colher riquezas. Por outro lado, os migrantes nacionais – em sua maior parte, oriundos do Leste de Minas Gerais e Norte fluminense – vêm por conta própria, com o objetivo, forjado na necessidade imediata, de serem empregados ou diaristas nas fazendas de café (ALMADA, 1993).

Essa distinção nas formas de atrair, receber e assentar estrangeiros e nacionais altera visivelmente a construção do sentido de estar e permanecer no Estado. Assim como impacta a percepção, os valores, as crenças e os mitos desses grupos de pertencimento e de relacionamento social, o que reflete no modo como irão construir e representar a realidade.

Há ainda a se considerar, ao se pensar na constituição desse mosaico configurado pela diversidade cultural, o enorme contingente de negros, filhos, netos e bisnetos de escravos, abandonados e excluídos após a promulgação da Lei Áurea, rotulados de indolentes e apartados de qualquer proposição de política afirmativa para seu desenvolvimento socioeconômico. Além dos poucos milhares de indígenas sobreviventes da política perpetrada no Governo Imperial.

Considera-se, desse modo, que no Espírito Santo ocorreu um processo de assentamento e desenvolvimento instituído numa clivagem social, cultural e econômica, que é apropriada pela população na sua construção identitária. Desse modo, arquitetaram-se dissensões reais e imaginárias que, apreendidas no inconsciente coletivo ao longo da história, se mantêm como arquétipos sedimentados no senso comum e que se expande também, via sentimento, por todos os níveis intelectuais da população.

Nada obstante, os diversos grupos assentados no estado promoveram um intenso processo de integração interétnica por meio de enlaces parentais, entre outras formas de relacionamento sociofamiliar. A se testemunhar essa integração: estudo realizado a partir de 6.204 solicitações de cidadania de ítalo-brasileiros espírito-santenses ao Consulado Geral do Rio de Janeiro no ano 2000 constata que a grande maioria carrega sobrenomes compostos: italiano e polonês; italiano e português; italiano e árabe; italiano e alemão; ou apenas um ou outro. Há uma percentagem mínima de sobrenomes que indique não ter havido miscigenação por origem étnica (DADALTO, 2007).

Todavia, a população alimenta na tecedura de seu presente, toda a experiência do passado cultural que permanece incubado em suas vidas, conforme sustenta Bhabha (2007, p. 30): “embora a forma como vemos o passado se modifique, ou o diálogo possa desenvolver-se de modos inesperados, o passado *torna-se ‘nós’*, tal como o futuro nos *toma*.”

Logo, verifica-se que, na trajetória de imigrantes estrangeiros, nacionais e descendentes estabeleceram-se formas de relacionamentos sociais que lhes possibilitaram criar alternativas para o próprio desenvolvimento socioeconômico, bem como o do local em que se encontravam. Contudo,

estrangeiros e descendentes viviam dificuldades diferentes das colocadas para migrantes nacionais, negros e índios.

Somavam-se às adversidades enfrentadas, as dificuldades com a língua e a cultura. Dois ingredientes a adicionar mais estranhamento à interação dos indivíduos nas regiões de fixação. Mas o futuro era objetivo comum a assombrar e projetar os desejos de transformação que estrangeiros e nacionais traziam encaixotados em suas malas e baús para a aventura da Terra Sem Males – *Aná Mbaê Porã*, como assim era denominado o Espírito Santo pelos tupi-guaranis (DADALTO, 2009).

A tecedura da imigração

O olhar além da certeza
Da História documentada, a olhadela,
Por cima dos ombros, lançada ao terror primitivo.
Agora, chegamos a descobrir que os momentos de agonia
(Se são eles devidos à má compreensão
Após esperar-se pelo equívoco ou por ele haver temido,
(Não vem ao acaso) são a rigor permanentes,
Ungidos dessa permanência que ultrapassa o tempo.
(T. S. Eliot. *The dry salvages*. 2004).

No processo interacional experimentado pelas diferentes etnias migrantes que colonizaram o Espírito Santo, urdiram-se, esgarçaram-se e se desurdiram variados fatores. Gerados tanto pelas especificidades históricas do lugar, como pela dupla dimensão do fato coletivo e do itinerário individual, na medida em que vivenciaram ao mesmo tempo uma trajetória e uma experiência de ser emigrantes e imigrantes (SAYAD, 1998).

Para Sayad (2000), a dimensão universal do fenômeno migratório tem na noção do retorno o eixo do que o imigrante pode ser ou do que ele desejaria ser, tanto no sentido da antropologia social, cultural como política. Nessa direção, considera que a questão do retorno é da ordem da fantasia que ronda as consciências, representando os vários modos de relações: com o tempo – o de ontem e o do futuro; com a representação de um e a projeção do outro; com a terra – em todas as suas formas e seus valores; com o grupo – aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e a dominar.

Somente quando o imigrante consegue dissolver de si próprio a inscrição do retorno à terra natal ele deixa de ser o estrangeiro. Irá então superar os efeitos de seu duplo sentido emigrante/imigrante, cujo sentimento de ausência/presença demarca sua fronteira imaginária construída na sua relação com o lugar. Conseguir, assim, ultrapassar o limiar dos ritos de passagem da assimilação e da aculturação que o opõe na relação dele com ele, dele e o outro, dele com o outro. Não obstante, mantém na memória os rastros do passado; e todas as marcas de uma negociação cuja promessa é ser infundável.

Todavia, o que orienta indivíduos ou grupos ao se desvincular material e emocionalmente de seu ambiente de origem, da família, dos amigos? O que faz com que há séculos homens e mulheres – jovens, velhos, crianças – construam roteiros utópicos e os persigam nas linhas desenhadas nas cartografias reais e imaginárias do mapa mundial e no lampejo de seus sonhos? O que se revela nesse projeto? A expectativa de que o novo espaço se ofereça como lugar de provável reconstrução de uma vida nova, somente fomentada sobre os cacos de uma vida anterior derruída até dela pouco restar de lembrança?

O escritor Adilson Vilaça (2010, p. 31), narra, em ensaio produzido sobre os imigrantes italianos assentados no Espírito Santo, o sentido/sentimento de ser emigrante/imigrante:

Era humana maré, embarcada na porfia
de vencer, no exílio que se prometia.
Quem era a decantada Senhora América,
lá ao longe, além de sua fama feérica?
Quem era o capataz do distante patronato
e quanto suor custaria encher o prato?
Quanto trabalho para o registro, de fato,
que dê identidade sem cara de anonimato?
A vida, emoldurada, quando exhibi-la em retrato,
provando à Península o lavrado desejado?

Sentido/sentimento ambivalente a impregnar todo o ser do imigrante e a exigir que se o interprete num nível de complexidade de modo a simultaneamente superar o significado da mudança no espaço físico e qualificado. Portanto, analisar esse processo no sentido social, econômico, político, histórico e cultural. Sayad (2000) avalia que se deve pensar o migrante tanto em sua dimensão diacrônica, ou seja, em sua história

demográfica e política, como sincrônica, do ponto de vista das estruturas presentes de seu funcionamento do contexto de saída ao contexto de chegada. Dimensões que trazem em si a relação com o tempo, a memória, a nostalgia e as ressonâncias desse processo no lugar

Nesta direção, estabelecer-se-á como recorte deste artigo a relação de descendentes de imigrantes italianos – depositários da experiência, sonhos e desejos de seus antepassados no processo de assentamento, assimilação, aculturação e transculturação no Brasil – que vivem ou viveram em pequenas comunidades do interior do Espírito Santo, com descendentes de outros grupos étnicos assentados no Estado. A problemática envolve tanto o ponto de vista do outro, o do estrangeiro, segundo a perspectiva de italianos e ítalo-brasileiros depoentes, como a dos próprios estabelecidos. Não se propõem, entretanto, comparações sobre os sentimentos dos diversos grupos, apenas sua exposição.

Na arquitetura do *corpus* desta análise, despontam depoimentos de residentes em comunidades do interior. Isto porque o caráter sociocultural em curso nas comunidades pesquisadas persevera estratégias de relacionamento e dinâmicas cotidianas com representações, rituais, tradições e dialetos herdados dos antepassados. Conservam, também, lembranças e deslembanças que mantêm presença latente. Ao mesmo tempo em que se examinam, a partir dos depoimentos colhidos, as estratégias de assimilação do estrangeiro localizados nessas comunidades com vistas a se tornar um estabelecido.¹

Desse modo, busca-se nas perspectivas de Nobert Elias e de Caterina Koltai entender a dimensão do outro nas relações estabelecidas entre e intergrupais. Concepções que se tecem, destecem, enredam e desenredam, mas que perseguem entendimentos que reverberam na interseção da Sociologia, da Psicanálise e da Política.

Koltai (2000, p. 17), utilizando uma concepção política e psicanalítica, vai pensar no “outro” como um Estrangeiro. Isto porque, o “Estrangeiro pode ser tanto o Outro inimigo – que pode ser imigrante, árabe, nordestino, negro ou judeu, dependendo da cultura e da época – quanto àquele que fascina por ter sobrevivido à separação”. Estrangeiro, enfim, é todo aquele que é, tão singelamente e aterradoramente, o estranho.

A abordagem de estrangeiro proposta por Koltai remete a um limite, a uma fronteira, que situa o sujeito, o outro, na margem do individual e singular com o social e político. Portanto, entre as referências da Psicanálise e das Ciências Humanas. Isto porque essa categoria vai tratar de alguém que

vem de outro lugar, e, embora possa ser bem-vindo, pode ser mandado de volta ao lugar de origem. Ou seja, ocupa também uma categoria sociopolítica que irá implicar na possibilidade da exclusão.

Koltai (2000), referenciada em Lacan, declara que o discurso do sujeito se constitui no discurso do outro. O que implica afiançar que as particularidades do sujeito no mundo são significadas pelo indício – ou *sintoma*, para alguma lealdade à Psicanálise. Significando, neste ponto de vista, que o indício irá constituir um traço daquilo que faz laço, conflito/tensão, separação e sutura entre a história individual e a história da cultura. Indício,² no caso específico deste estudo, se apresenta no que se considera um sentimento de estranhamento de descendentes de imigrantes europeus estabelecidos no estado em relação a descendentes de outros grupos de estrangeiros e de nacionais, também assentados no território.

Segundo a análise sociológica das relações de poder produzidas por Elias (2000, p. 7), o estabelecido pertence a “um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”. Já o estrangeiro – designado como *outsider* – é aquele não membro que está fora dessa “boa sociedade”.

Refletir acerca da dualidade na relação estabelecido e estrangeiro, por sua vez, requer que se insira a compreensão do conceito de lugar que, para Bourdieu (1999), se apresenta seja como localização seja como posição, sob o ponto de vista relacional. Desse modo, categoriza lugar como ponto do espaço físico – no qual um agente existe – e como espaço social – que se caracteriza pela relação (posição ocupada) e pela distância estabelecida com outros pontos.

Nessa direção, o espaço social se retraduz no espaço físico e nele tempo e história se entrecruzam. De modo tal que imigrantes, migrantes e descendentes produzem e reproduzem uma história individual e coletiva e a promovem na tecedura de seus cotidianos, nas urdiduras sociais, culturais, políticas, psíquicas e econômicas. Manifestadas nas representações, nas interações entre os indivíduos, nas relações simbólicas e de prestígio, nas narrativas e nas transformações materiais, reproduzem a relação desses homens e mulheres – ou estabelecidos e estrangeiros – com o lugar em que vivem e convivem e no qual experimentam a diferença. Dizem assim, de suas constituições e do enredamento, manutenção e ruptura de laços socioculturais com o lugar.

Da experiência e do indício

Quem são os imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo no Dezenove? E quem são os outros? A política imigratória brasileira promovida na época teve objetivos variados, segundo as necessidades do Império e dos grandes fazendeiros. Sorrateira, a justificativa dessas posições também passava por fatores como branqueamento da raça, necessidade de forjar uma nação mais civilizada e a de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários (ALVIM, 1999).

Como inicialmente o Espírito Santo não possuía recursos para introduzir os imigrantes por sua conta, recebia apenas uma pequena parcela daqueles trazidos pelo Governo – somente no primeiro governo do Presidente Muniz Freire (1892-1896) é criado um serviço de imigração do Estado. Os imigrantes foram assentados em áreas diferentes dentro do território da colônia, nas regiões Sul e Centro do Espírito Santo. O Norte seria colonizado no início do século XX por meio de um intenso processo migratório interno: estrangeiros, nacionais e descendentes reiniciam a saga de desbravamento do território ainda não colonizado e coberto de floresta.

O imigrante italiano e seus descendentes viveram desde sua integração no Espírito Santo sob o regime patriarcal. De modo geral, estabelecidos à distância dos centros urbanos, não tinham horário, idade ou diferença de gênero para trabalhar. Mantinham diversas formas de sociabilidade coletiva, como trabalho, religião, lazer, entre outras, que se fundavam numa moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepunham às pretensões individualistas e se estruturavam tendo como suporte a família (COLBARI, 1997).

As colônias formadas no interior do Espírito Santo eram, em grande parte, constituídas por filhos e netos de imigrantes que vieram para o Estado e se localizaram em áreas diversas por grupos de origem. Dessa maneira, dissolvida a inscrição do retorno – presente na representação dos imigrantes – os descendentes reforçaram laços de relacionamento entre as famílias e instituíram um sentimento de pertença fundamentado na conservação de crenças e valores do trabalho, da religiosidade e da família compartilhados por todos os seus membros (DADALTO, 2009).

Elias (2000) sopesa que há entre os grupos uma relação de coesão e poder. Maior coesão entre determinados grupos permite maior poder e, em consequência, exclusão dos membros do outro grupo, que tende a se

transformar em estigma social. Nesse sentido, ressalva-se que havia também entre os italianos e descendentes inúmeras diferenças estabelecidas segundo a região de origem, com grande dificuldade de comunicação e, ainda, a sombra dos preconceitos.

O Sentido do Nós

Depoimentos colhidos de imigrantes italianos e descendentes (VILAÇA; DADALTO, 2003) revelam que compunham a identidade de imigrantes italianos e descendentes valores relativos à ética do trabalho, da família e da religiosidade. Foram esses valores que, em muitas colônias, possibilitaram a criação de uma coesão entre os membros e a estigmatização daqueles que não aceitavam compartilhá-los.

Assim, no primeiro e segundo quartel do XX, período em que mais de 80% da população espírito-santense vivia na área rural – a maior parte em pequenas colônias isoladas, voltadas ao cultivo do café –, descendentes de imigrantes italianos chamavam causticamente poloneses de polacos, negros eram discriminados, turcos eram rejeitados (DADALTO, 2006).³ Depoimento de P. D., 64 anos, neto de imigrante, expressa essa discriminação:

Na colônia nós só tivemos uma pessoa negra como meeiro, um rapaz chamado Chico Preto. Ele foi para Limoeiro ajudar a construir a igreja e depois ficou. Falava tudo em italiano. O pessoal que veio da Itália e foi para Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Alegre, era um pessoal bom de serviço. De Santa Teresa veio um bocado de polaco. De São Roque também, não eram bons de serviço não. Eles já tinham um negócio de lei, falavam em horário de serviço, e tal... Então quando os meeiros vinham procurar lugar, se era de Castelo, de Guarapari, a gente contratava, porque ninguém falava em horário de serviço.⁴

P. D., cuja família originária do Vêneto e assentada em Alfredo Chaves, nasceu na colônia de Limoeiro (Marilândia, localizada na região Norte do estado). Seus pais migraram para o Norte juntamente com outras seis famílias – na totalidade, eram filhos de famílias que juntas emigraram da Itália – permanecendo no local até a década de 1960. Nesse período, com a

erradicação do café, deu-se o grande êxodo que realinharia o vetor demográfico, invertendo a ocupação do espaço rural para o urbano. Em sua narrativa, exprime-se o sentimento de estranhamento e exclusão daqueles que pertenciam ou poderiam pertencer ao grupo, portanto aqueles que eram “gente boa” e os *outros*, os estrangeiros. Trata-se, neste caso, de relato de acontecimentos do final dos anos 1940 e início dos 1950.

P.D. representa em seu discurso o significado simbólico sobre o processo de construção da história individual e coletiva do grupo de italiano ao qual pertencia em sua trajetória migrante no estado. A experiência, assentada numa ética de trabalho, familiar e religiosa, assegurava o sentimento de ter conquistado o objeto do sonho no movimento imigratório transoceânico. Assim, é “gente boa” – não é um *outro* – todo aquele que compartilhase suas representações. Uma vez que só reconhecem o outro como um nós na medida do partilhamento de valores e objetivos que lhes sinalizem a reciprocidade de significados.

Sob o sentimento de ser um estabelecido, nega(-se) o outro. Mesmo que um *outro* branco e católico – o *polaco*. O indício dessa negação se inscreve na expressão: “não era bom de serviço”. Ou seja, um *outro* que não compartia de seus valores de trabalho. E que, subjetivamente, não demonstrava, segundo este preceito, ter o desejo de superar seu estatuto de imigrante por meio do trabalho exaustivo e sem regulamentação de horário. Um *outro*, portanto, que se apresenta como uma ameaça; daí, permitir sua participação no grupo pode conduzir à gênese de conflitos, de desestabilização e de mudanças.

Entrementes, havia entre os dois grupos um aspecto externo que os diferenciava: a educação – que é base para reflexão de inúmeras variáveis desses comportamentos, mas que não será aqui objeto de análise. Os poloneses que vieram para o Espírito Santo eram instruídos e mantinham a estrutura de educação entre eles por meio de aulas ministradas em polonês até proibição do Governo Federal, durante a Segunda Guerra Mundial. A absoluta maioria de italianos era analfabeta e seus descendentes só conseguiram superar essa condição anos após a fixação no estado.

A questão do valor do trabalho também se apresenta para A. R., 75 anos, que emigrou da Itália para o Brasil na década de 1920 e residia, quando adolescente, na comunidade de Santa Júlia, pertencente ao município de Santa Teresa:

Lá, no alambique do papai, tinha um camarada que ajudava, ele era até um preto. Mas eu não gostava dele, porque ele só queria cachaça. Um dia me pediu: me dá cachaça, aí eu enchi um copo de água e joguei no rosto dele. Ele tinha uns vinte e tantos anos. Só queria beber, nem trabalhava direito né!⁵

No depoimento de A.R., que revelou na época desse acontecimento ser uma adolescente, um duplo sentimento de exclusão e preconceito. Primeiro, porque o negro representava o estereótipo de indolente, vadio, imprevidente e preguiçoso, consequência de um julgamento refletido a partir do ponto de vista escravista. Diferentemente do depoimento de P.D., no qual o negro para se integrar, inclusive, aprendeu a falar italiano, portanto, ganhou o estatuto de “boa gente”. Apesar de sua classificação étnica ter sido acentuada.

Destaca-se, entretanto, nos dois depoimentos, como em diferentes discursos a identidade étnica expressa o imaginário social nacional. O que, segundo Rodrigues (2006, p.96), revela o plano da fantasia, pois no Brasil “a condição de ser negro está marcada pela justaposição hierarquizada e autoritária como um legado negativo trazido da escravidão. A estética da dominação está posta”. Desvenda, portanto, a vulnerabilidade social a que o negro está exposto.

Além disso, para A.R., o fato de o empregado beber no local de trabalho o condenava a ser um bebedor, que agregado ao que ela considerava ser trabalhador, tornava-o um sujeito de insuportável convivência. Expressa-se, segundo Koltai (2000, p. 24), um discurso de execração, este da ordem do “trágico social do racismo ativo”. O racismo apresenta-se, assim, como um indício do discurso – político – da fronteira interna e invisível expressa por A.R.. Contudo, possivelmente, compartilhado entre os estabelecidos da comunidade a que pertencia.

Há, também, a se considerar sobre A.R., o fato de sua família ter emigrado no início do século XX. Neste período, os imigrantes vinham por conta própria, sem as promessas e benesses dos pioneiros, muitas vezes incentivados pela rede de parentes ou amigos que aqui se encontravam. Tanto que em seu depoimento explicitava o arrependimento do pai de ter emigrado para o Brasil, o desejo do retorno não superado.

A esse modo, um questionamento esboça-se como parcial corolário dessa reflexão: até que ponto esse estigma não sinaliza também a ambivalência de uma história coletiva da própria comunidade, baseada numa

possível interação/desestruturação entre *nós* – imigrantes e descendentes, que emigraram em determinado espaço de tempo, e que ajudaram a construir o lugar – e os *outros* – aqueles que vieram num tempo da Itália em transformação socioeconômica, e que encontraram no Brasil uma condição de sobrevivência mais estruturada?

Koltai (2000) irá justificar o indício como um enfoque social. Isto ao considerá-lo, tal como se orienta este *paper*, como histórico, na dimensão diacrônica e sincrônica. Desse modo, o significado do Outro pode se alterar no lugar e no tempo, à medida que se acompanham e se enfrentam as ações e os discursos produzidos tanto no plano pessoal como no coletivo.

Elias (2000) ao analisar as diferenças entre os estabelecidos e *outsiders* vai demonstrar que os estabelecidos procuravam demarcar sua distinção e seu poder por meio da antiguidade. Este princípio, segundo a percepção desse grupo, lhes garantia encarnar os valores da tradição e da boa sociedade. Os *outros*, por sua vez, não eram reconhecidos como grupo social, portanto, estigmatizados.

O sentimento dos *Outros*

As interações entre os indivíduos que conduzem as relações de poder entre o *nós* e os *outros* inevitavelmente são entremeadas por fios que em intenso movimento de tensão e desigualdade constituem processos – expressos, por exemplo, em negociação, transculturação. Estes somente podem ser entendidos ao se considerar a interdependência desses grupos e o desequilíbrio de poder com as tensões que lhe são próprias. Segundo Elias (2000, p. 23), “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.”

Dessa maneira, quem é ou são os *outros* expressos nas falas dos depoentes? Poloneses, negros, “turcos”... Os imigrantes e descendentes de italianos, pela experiência vivenciada, já haviam conseguido consolidar determinado capital social e, em parte, econômico. Os grupos, que por razões diversas, não se adequavam aos valores dos descendentes de italianos estabelecidos nas colônias pouco expressam, dada a sua condição desigual, sentimento de retaliação. Até porque, assevera Elias, quando os estigmatizados começam a revidar, significa que há mudança na relação de forças.

G.M.S.D., 72 anos, mestiça de negro, índio e português, revela essa dimensão:

Terminei o curso normal e fui dar aula no interior [residia em Vitória], em Afonso Cláudio. Era o ano 1957. Lá fiquei na casa de uma família “turca”. Eles eram muito bons, nunca me discriminaram, sempre me trataram muito bem. Afonso Cláudio era um lugar que tinha todo tipo de gente, não existia discriminação de cor. Era uma mistura, mas eu não lembro de ter visto italiano. Depois fui transferida para Monte Sinai, interior de Colatina. Tinha muito italiano. Lá eles tinham uma coisa de falar a professora pretinha. Mas nunca me maltrataram, era o jeito deles.⁶

Em seu depoimento G.M.S.D. apresenta vários aspectos sobre as relações sociais existentes no interior do estado. Para efeito desta análise, consideraremos a questão da cor e da profissão. Afonso Cláudio, primeiro destino da depoente, era região colonizada por migrantes estrangeiros e nacionais vindos de regiões diversas. Não havia um grupo hegemônico, por conseguinte, as relações de poder se estabeleciam com base em outros parâmetros, exigindo, portanto, outras formas de negociação – nada obstante, não se desconsiderar o racismo como elemento onipresente na sociedade brasileira.

A diversidade étnica, por sua vez, impossibilitava a existência de uma fantasia coletiva que viabilizasse uma coesão grupal, como analisada neste estudo. Não favorecia, concomitantemente, o compartilhamento de histórias, de memórias, de valores e de rituais comuns. O sentido daquele grupo como tal encontrava-se em aberto, em constituição. Dessa forma, G.M.S.D. nunca se sentiu um *outro*, até porque, nesse local todos eram *outros*. A similitude apoiava-se na diferença e não encontrava trama para promover outra diferença.

Ao se mudar para um local onde havia um grupo hegemônico, que vivia compartilhando um mesmo espaço há longo tempo e com alto grau de coesão, o sentido do *nós* e dos *outros* se impõe. Contudo, numa categoria diferente: era a “professora pretinha”. Desse jeito, a profissão concedia a G.M.S.D. uma posição de reconhecimento, de *status*, junto aos italianos. Mas, simultaneamente, o estigma da cor se apresentava quanto a adjetivavam.

O indício de ser o outro, por sua vez, é expresso por G.M.S.D. ao afirmar “Mas nunca me maltrataram, era o jeito deles.” Ao explicitar tal

sentimento, expõe o tanto que o preconceito e o estigma “pretinha” a humilham e a oprimem, e como e quanto deve ser negado. Percebe-se, assim, como a depoente encontra-se aprisionada num vínculo duplo. Por outro lado, como os italianos necessitavam da professora, essa desigualdade de poder tende a se reduzir (ELIAS, 2000). Admite-se, por conseguinte, que ela crie uma válvula de escape no “era o jeito deles”, e, simultaneamente, justifique o comportamento do grupo dos estabelecidos.

A história do depoente A.G., 73 anos, difere das demais em alguns aspectos. Filho de um libanês⁷ e de uma portuguesa, ainda criança mudou-se da colônia Santa Júlia, interior de Santa Teresa, para estudar em Vitória. Na idade adulta morou no Rio de Janeiro, Brasília e em Nova York. Aposentado, transferiu-se para Venda Nova do Imigrante, no ano de 1994. Desse modo, ser um estrangeiro fez parte de sua experiência de vida.

Assim, A. G. descreve a comunidade em que residia quando criança, a interação estabelecida com ele e sua família, e o lugar em que reside atualmente:

O miolo da comunidade era [constituído por] italianos e a periferia, alemães, além de poucos suíços. Meu pai era muito respeitado. [...] me lembro que uma ou outra pessoa me chamava de turquinho. Mas aquilo não me afetava. Aqui eles respeitam muito quem é médico. [...] um dia descobri que eu era uma pessoa para ser espoliada. Foi o que senti. Mas não pelo fato de ser de uma origem diferente. [...] Na missa eu notava pessoas que me olhavam e cochichavam. Mas acho que pela minha opção sexual, pois sempre fui aberto. [...] Eu me excluí.⁸

O depoimento explicitando dois momentos da vida de A.G. – sua infância em Santa Júlia e sua experiência no presente em um povoado de Venda Nova do Imigrante – retrata no tempo e no lugar as transformações vivenciadas na sociedade contemporânea. Desse modo, o indício da tensão entre o *nós* e os *outros* permanece incrustado na tecitura da trama que promove a relação e a interação com os indivíduos e grupos partícipes das comunidades em que residem.

No caso específico, demonstra-se que do passado para o presente alteraram-se os valores sobre os quais se assenta a diferença: antes, entre culturas, era “turquinho”. No presente, o estilo de vida – definido pela opção sexual abertamente expressa. A marca do indício dessa tensão aparece nos

rastros do passado que mantêm seus vestígios no presente. Mostra, assim, que de alguma forma ainda há grupos que se opõem, que distinguem o *nós* – “boa gente” –, portanto, melhores do que os *outros* – daqueles que não são bem-vindos, não são “boa gente”.

Conclusão: do passado e do futuro

Aqui se atualiza a impossível
União de esferas da existência,
Aqui passado e futuro estão
Conquistados e reconciliados
(T. S. Eliot – *As dry salvages*, p. 371)

Entender quem somos nós no agora, nosso modo de interagir, de ver e de ouvir nos conduz no eterno trilho que liga nossa história individual e coletiva às experiências do passado, aos lampejos presentes na memória inconsciente. As narrativas contadas e recontadas nas festas, nos rituais. Mitos, sonhos, desejos, roteiros de utopias traçados por antepassados submersos e imersos nos valores expressos, nas condutas, na identidade. Representações, construções de realidade, que nos diferenciam e nos marcam.

A diversidade do mosaico étnico que construiu as relações sociais e culturais no Espírito Santo se expressa em seu desenvolvimento socioeconômico, na dessemelhança do estilo de vida de sua população – tal como ocorre em diferentes países, cidades e metrópoles. Contudo, a experiência relatada nos depoimentos apresentados permite avaliar a extensão das permanências históricas, bem como as atualizam.

Restrita a análise a pequenas comunidades do interior do estado, conforme opção do recorte da pesquisa, seu indício da tensão na relação entre o *nós* e os *outros* pode ser percebido em outras dimensões. Até na forma como organizamos gramaticalmente a expressão: *nós*, dispensa o artigo no plural, enquanto *os outros* o exige. Tal a necessidade política de estabelecer a diferença. Mas pode também essa micro-análise ser expandida a outros níveis e graus de complexidade: desde as pequenas comunidades rurais aos grandes bairros das cidades e da Capital capixaba organizados por clivagens sociais, étnicas, e de estilos de vida.

Colonizado por diferentes grupos, realizador de um projeto de desenvolvimento excludente e ausente institucionalmente, de forma singular o Estado possibilitou a existência desse processo. Entre o passado e o presente há continuidades e descontinuidades, lembranças, deslembanças e relembanças de seus moradores que irão constituir o futuro. No passado, regado pela exigência de um compartilhamento de valores do trabalho, as diferenças se consumiam em grande conta na relação engendradora e que engendrava o estigma racial. No presente, ainda se apresentam no preconceito e no seu deslocamento, que ora se manifesta na negação de estilos de vida.

Estudada por Elias e por Koltai – dois judeus estrangeiros: o primeiro, sobrevivente dos horrores do nazifascismo, e a segunda, filha de um sobrevivente – a relação *nós* e os *outros* contém toda a dimensão da miséria humana interposta pelo desejo do poder. Nela, o indício social do estigma que oprime, humilha e marginaliza o *outro* se apresenta na intensa medida da barbárie realizada na história da civilização moderna.

Seja esse indício apresentado por meio da exclusão étnica, cultural, econômica, de gênero ou de estilo de vida, sua marca sinaliza a existência ou o desejo de que exista uma relação de superioridade. Claramente tendo como pano de fundo estratégias de diferenciação entre quem “deve e pode” dominar e quem “deve e será” dominado. Processo conduzido a simular no cotidiano tensões e distensões que favoreçam a manutenção de um determinado status para grupos que consigam manter entre eles maior grau de coesão.

Entender e apreender este processo torna-se indispensável para que os homens individualmente ou coletivamente, por meio do Estado ou de organizações diversas, promovam políticas públicas consistentes e não excludentes. A história guarda a memória, cujos rastros não se apagam – e nos assombram. Embora indícios colhidos no presente, alimentado por tênue, mas perseverante esperança, possam iluminar a consubstanciação de um novo devir.

Referências

ALMADA, Vilma P. F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

- ALVIM, Z. A América e seus descobridores in Dossiê Quinhentos Anos de América. *Revista USP*, n. 12, dez/1991-fev/1992.
- BHABHA, H.K. Ética e estética o globalismo. IN: BHABHA, H.K.; FERRO, M.; KAGEM, M. B. et al. *A urgência da teoria*. Lisboa: Tinta-da-China MMVIII, 2007.
- BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CELIN, José L. *Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Economia/UFRGS, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. *Revista Brasileira de História*. vol.17, no.34, 1997, p.53-74.
- DE ALMEIDA, M. V. Lições da experiência etnográfica. IN: BHABHA, H. K.; FERRO, M.; KAGEM, M. B. et al. *A urgência da teoria*. Lisboa: Tinta da China, 2007.
- DADALTO, M.C. Relacionamento interétnico e memória: narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo. *Dimensões. Revista de História da UFES*, nº 18, 2006, p. 186-202.
- DADALTO, M.C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. *SINAIS -Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007, pp.57-74.
- DADALTO, M.C. *A imigração tece a cidade: polo industrial de Colatina*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.
- ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- HESS, Regina, FRANCO, Sebastião P. *A república e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- KOLTAI, C. *Política e psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.
- RODRIGUES, M. B. F. et al. Plano de segurança local. Diagnóstico histórico-sociológico. Vitória: NEI/UFES, 2007.
- RODRIGUES, Márcia Barros F. As referências identitárias no processo de modernização atual: reflexões indiciárias sobre o caso brasileiro. In: VENTURA, Gilvan et. al. (Orgs) *As Identidades no tempo*. Ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: Edufes, 2006.
- SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia especial revista do migrante*. São Paulo, CEM, Ano XIII, número especial, jan/2000, p.7-32.

VILAÇA, A.; DADALTO, M.C. (org.) *Trajatória solidária do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: Textus, 2003.

T. S. Eliot. The dry salvages. Quatro Quartetos. In T. S. Eliot. Volume I. Poesia. Volume I. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: Arx, 2004.

VILAÇA, A. *Receita para um romancista*: São Bento de Urânia. Vitória: Sebrae-ES, 2010.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 04 de abril de 2011 e aprovado para publicação em 16 de maio de 2011.

¹ Entrementes, fazem-se duas advertências na produção deste texto: trata-se de um estudo em andamento, portanto, não conclusivo. Nele, esboçamos os apontamentos iniciais deste ponto específico da pesquisa, que, dado o nível de questões envolvendo a problemática do movimento migratório interno e externo implica em outros recortes e problemáticas em processo de pesquisa. A segunda, é que apesar do recorte do texto se ater aos descendentes de imigrantes italianos e os “outros” em pequenas comunidades do interior, esta questão é recorrente com outros grupos e na capital (RODIGUES et al, 2007).

² Persegue-se aqui a perspectiva de Carlo Ginzburg (1989), na qual entende o indício como procedimento ou princípio construtivo no qual ao se ter definido o campo onde se realiza a investigação, ou território, o pesquisador deve buscar os indícios de um padrão que reúna as informações em uma interpretação. Desse modo, o significado deve ser apreendido no contexto teórico sustentado pela urdidura dos fios.

³ Os poloneses chegaram com o fim da I Guerra Mundial e foram instalados na região Norte do Estado. Vinham com a família e por meio de um contrato assinado entre a Sociedade de Colonização de Varsóvia e o governo do Espírito Santo.

⁴ Entrevista realizada em 2001, em Colatina. Constitui banco de dados de pesquisa. Arquivo particular do pesquisador.

⁵ Entrevista realizada em 2002, em Santa Teresa. Constitui banco de dados de pesquisa. Arquivo particular do pesquisador.

⁶ Entrevista realizada em 2001, em Colatina. Constitui banco de dados de pesquisa. Arquivo particular do pesquisador.

⁷ O maior fluxo da imigração sírio-libanesa ocorreu entre 1920 e 1930. Parte veio para ganhar dinheiro e ajudar a família que ficou na terra natal. A maioria, entretanto, acabou ficando e trazendo o resto da família.

⁸ Entrevista realizada em 2011, em Venda Nova do Imigrante. Constitui banco de dados de pesquisa. Arquivo particular do pesquisador.